

HISTÓRIA ORAL: NOVAS MANEIRAS DE PENSAR AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA CRECHE*

Márcia Pereira da Silva **PINHEIRO**
Mestranda/FE
UNICAMP

Resumo: *No presente artigo, a autora apresenta os parâmetros básicos que permeiam sua pesquisa a respeito das creches. Para tanto o ilustra com um breve histórico dessa instituição seguido da amostra ilustrativa de suas informantes, profissionais envolvidas no ambiente educado pela investigação em questão.*

Narrar é reiterar o vivido, o compartilhando
(Diana Vidal)

A creche hoje tem como objetivo desempenhar um papel complementar ao da família, na interação do educador com a criança, ou seja, a tarefa da creche passou a ser principalmente educativa. De fato, é recente a idéia de que a creche é um lugar adequado para que a criança viva a infância em todos os seus aspectos.

Lenira Haddad (1991) aponta que a família passou a ter responsabilidades sobre a criança pequena a partir do séc. XVIII. As trocas afetivas eram realizadas em um contexto mais amplo composto pela comunidade a qual pertenciam as pessoas: criados, vizinhos, amigos e toda a parentela.

Conforme aponta Magali dos Reis Fagundes (1997, p.03), a transformação mais radical da sociedade humana a partir da Revolução Industrial talvez tenha sido aquela que se traduz na forma coletiva de educar filhos: a creche.

* Pesquisa em andamento.

A creche surge então como substituta da família, ocupando um lugar à sombra dela, ou seja, desempenhando um papel que seria da família, caso esta viesse a faltar. Assim o modo assistencial de tratar a criança que frequenta a creche impera até nossos dias.

Isso, em parte, se deve às concepções antigas sobre creche, nas quais a prioridade era o cuidado para com as crianças de mulheres viúvas ou abandonadas por seus maridos/companheiros, que tinham que trabalhar para sobreviver e não possuíam outra maneira de organização, ou atender crianças cujas mães foram consideradas incompetentes no trato com seus filhos.

Desta forma, a clientela da creche é nivelada pela condição social, pelos níveis mais baixos de pobreza, pois o ingresso na instituição se dava pelo critério de seleção sócio-econômico. A pouca ênfase nos processos do desenvolvimento infantil que ocorrem com as crianças de 0 a 3 anos, segundo Haddad (1991), está pautada pela educação compensatória da época.

Conforme Oliveira (1992) e Abramowicz & Wajskop (1995), as instituições dedicadas a cuidar das crianças de 0 a 6 anos eram tidas como um favor para as famílias carentes. Uma grande parcela destas instituições, hoje denominadas como creche, surgia com o objetivo de atender exclusivamente às crianças de baixa renda cujas famílias necessitam trabalhar. Caracterizam-se como instituições destinadas ao atendimento de crianças pobres, moradoras em periferia, com a finalidade de resolver problemas de sobrevivência, vagabundagem e, possivelmente, combater a pobreza.

Essa ênfase no cuidar está ligada à origem das creches no início do século XX no Brasil. Na interpretação de Haddad (1991), à creche cabia não somente guardar a criança, mas, sobretudo, aconselhar as mães sobre o cuidado para com seus filhos. Provém desta visão inicial o cuidar tão presente nos dias atuais. Além da guarda, tentava-se dar dignidade à vida das famílias/mulheres usuárias da creche, ressaltando o despreparo das mesmas para os cuidados dos filhos.

As creches, na sua maioria, continuam sendo mantidas com orçamentos pequenos, poucos recursos materiais, instalações precárias, número de educadores insuficiente, se comparado com o número de crianças atendidas, e profissionais não habilitados. A educação de crianças carentes tem sido marcada pelo assistencialismo, excluindo a cidadania e a educação.

Essa negação do direito à educação nas creches proporcionou o surgimento de várias frentes de luta. Essas lutas refletiram mudanças

no atendimento educacional das creches, proporcionando um novo olhar para a educação infantil. Essa nova maneira de repensar/olhar a educação infantil culmina com a regulamentação da Constituição Federal de 1988, que, no artigo 208, inciso IV, define “ser dever do Estado o atendimento de crianças de 0 a 06 anos” (Silva, 1998).

De acordo com Haddad (1991), Abramowicz & Wajskop (1995) e Oliveira (2000), o reconhecimento da creche como dever do Estado abre novas perspectivas dentro da visão de creche como “direito da criança” e não da mulher que trabalha ou da família pobre. Talvez, o primeiro e mais importante seja sair do patamar da assistência e rumar para a construção de um novo modo de olhar/pensar/fazer educação na creche.

Vale ressaltar que este novo olhar para a criança possibilita a criação de leis responsabilizando o Estado no atendimento educacional das crianças de 0-3 anos. Ampliando o leque de conquistas, um outro documento foi promulgado em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que coloca a educação infantil no universo dos Direitos Humanos (Silva, 1998).

Inicia-se no seio da sociedade a abertura de um espaço para se (re)pensar o conceito de criança, passando-se a construir, juntamente com ela, o direito de ser criança: “entre outras coisas enriquecendo, a cada dia, o tempo todo, a qualidade do que você faz, do que você pratica” (Cardoso, 1997). A construção de novos conceitos/novos modos de olhar a produção da criança no âmbito da educação infantil e no atendimento de qualidade à criança pequena constitui um desafio à pesquisa e à prática.

Assim, minha preocupação neste trabalho de pesquisa é debruçar-me sobre a realidade de uma creche pública universitária, a Creche Área de Saúde – CAS, situada no Campus da Universidade Estadual de Campinas, instituição esta que tem na busca da qualidade do serviço oferecido à comunidade uma de suas metas desde sua implantação em março de 1990.

Buscando olhar para a dinâmica das relações sociais que se estabelecem neste espaço e para a diversidade de produção/consumo dos saberes que circulam nesta localidade, tenho também como objetivo, através dos depoimentos orais das educadoras, estudar sobre sua prática profissional e que usos, apropriações e (re)invenções são feitos por elas com os conhecimentos adquiridos no momento de sua formação em serviço.

Optei pela pesquisa qualitativa, por entender que do lugar em que estou, pedagoga da instituição pesquisada, na qual a busca da qualidade tem sido a meta a ser perseguida desde o início, não caberia outra opção. Pois, concordando com Park, em sua palestra no evento Memória e Patrimônio, ao relatar sobre sua pesquisa com educadoras de creche, ressaltou-se que “não conseguimos transformar aquilo que não conhecemos”.

Nas minúcias do cotidiano, na interação com as pessoas, nas relações que se estabelecem entre os sujeitos que interagem na creche, quer seja para trabalhar ou para utilizar o espaço enquanto trabalham deitando seus filhos, é que, através de um “olhar a la lupa”, buscarei pistas, indícios, caminhos para entender o invisível e, como aponta Queiroz (1991), o indizível do cotidiano.

Para desenvolver a pesquisa, buscando interpretar, explicitar e entender o fenômeno a ser pesquisado, utilizarei a História Oral, definida por Thompson da seguinte forma:

a interpretação da história e das múltiplas sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências, a história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes são ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas nos arquivos (2002, p. 17).

Tomo tal procedimento por entender que esta metodologia é um instrumento democratizador, que permite aos grupos dominados retomarem suas memórias como possibilidade de transformação social e, como afirma Thompson (1992, p.22), pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.

A História Oral tem na narrativa e na memória fontes privilegiadas de registro escrito. Falar de memória é falar da história social individual e da história social coletiva. É ser transportada para um cenário de lembranças, episódios, narrativas, testemunhos e também de situações do tempo presente. É transitar no tempo e no espaço, é localizar situações e fatos que estão adormecidos e que podem acordar a qualquer momento.

Por quem são compostos esses grupos dominados, como apontam Macioni (1988), Certeau (1996), Neves (2001) e Guedes-Pinto (2002)?

Os grupos dominados são constituídos de “sujeitos ordinários”, de homens comuns que são diferentes, são pessoas de origens sociais diversas, que constroem a história da humanidade e que querem contar as suas histórias dos lugares onde estão; conforme aponta Thompson: “formas de história oral aparecem na televisão o tempo todo, quando pessoas contam suas histórias” (2003, p. 41). Observa-se com frequência nos programas de televisão, em horários variados e em diversos canais, relatos/depoimentos orais, objetivando a busca da melhoria e da qualidade de vida dos cidadãos.

Estas pessoas que falam na/para a televisão, como tão bem define Neves,

são os sujeitos construtores da História, são líderes comunitários, empresários, militares, trabalhadores anônimos, jovens que cultivam utopias, mulheres que labutam no cotidiano da maternidade e, simultaneamente, em profissões variadas, são líderes e militantes de movimentos étnicos, são educadores que participam da formação das novas gerações, são intelectuais que pensam e escrevem sobre os problemas da vida e do mundo, são artistas que através do seu ímpeto criativo representam a realidade e sentimentos nas artes plásticas, nas projetos arquitetônicos, nos versos, nas composições musicais, são cientistas que plantam o progresso e a inovação tecnológica, são políticas que se integram à vida pública, adotando ou numa prática de estrutura maior ou fazendo do espaço público local de práticas patrimonialistas (2001, p. 24).

Utilizarei entrevistas gravadas, análise do diário de campo e fotos da instituição e das entrevistadas. Este conjunto de elementos, articulados com as interlocuções teóricas com Certeau, Guedes-Pinto, Thompson, Von Simson, Queiroz e outros, seguidas das bibliografias específicas de cada uma destas fontes, possibilitarão testar as hipóteses levantadas e/ou apresentar outras nas quais eu não havia pensado. Concordando com Achim Schrader, “toda pesquisa, é um processo social, e, como tal, geralmente sofre alterações no seu desenvolvimento” (apud Demartini, 1988, p. 56).

Serão realizadas entrevistas com as educadoras, buscando aquelas que tiveram um papel de “liderança” no exercício de sua atividade profissional. Inicialmente selecionei 05 depoentes, e estarei utilizando

nomes fictícios para me referir a elas, uma vez que são funcionárias ativas da CAS. Este grupo está assim caracterizado:

NOME	IDADE	ESCOL.	EST.CIVIL	TEMPO/CAS	ETNIA	CONTRATO
Loide	47	1ª ginc.	casada	11 anos	branca	Funcamp
Elizabeth	50	2ª gic.	viúva	13 anos	branca	Unicamp
Sara	30	magist.	casada	06 anos	negra	Unicamp
Rosemeire	37	3ª gic.	solteira	13 anos	negra	Unicamp
Vitória	35	3ª gic.	solteira	03 anos	negra	Tempor.

As narrativas das entrevistadas serão gravadas, posteriormente serão transcritas, fichadas por categorias e então editadas, se for o caso, como destaca Neves (2001), sempre cercadas dos cuidados que a metodologia requer, buscando dialogar com outros campos do saber, buscando a consistência na organização e a divulgação do trabalho final.

Durante o desenvolvimento das entrevistas usarei como "muleta de memória" a fotografia de momentos considerados importantes, como a festa de encerramento das atividades dos anos de 1992, 1997 e 2002, com o objetivo de rememorar episódios significativos do cotidiano das atividades profissionais. Nesse sentido, Guedes-Pinto (2002) diz que "rememorar o passado não significa trazer de volta ao presente os acontecimentos vividos exatamente como se sucederam, mas reconstituí-los através da nossa vivência atual".

Vale ressaltar o alerta que os pesquisadores mais experientes indicam em seus estudos, como Demartini (1988) e Von Simson (1990), de que esta metodologia apresenta um caráter dialético ao obrigar o pesquisador que a utiliza a um constante confronto entre a teoria, as noções que ele já possui a respeito do objeto da pesquisa e a prática social concreta apresentada pelo informante.

Concordando com Maciati, "Antes de tudo será bom reafirmar ainda mais uma vez que o material, os dados perfeitos, úteis por excelência, não existem. Existem materiais e dados mais ou menos utilizáveis em relação às hipóteses de trabalho e à correção do procedimento adotado" (1988, p. 179), e com Demartini (1988, p. 70), para quem o pesquisador está, desde a realização da primeira entrevista, analisando as informações que lhe chegam e está, até a última entrevista, inovando o seu referencial teórico e a sua técnica de pesquisa; ele lida, desde o início, com o geral e com o particular, na medida em que cada história de vida é um todo que se lhe apresenta. E são estas as razões que tornam este tipo de trabalho aparentemente tão fácil e ao mesmo tempo tão difícil.

Será, então, da diversidade de pontos de vistas com enfoques diversificados que o conhecimento será constituído, considerando desta forma as várias possibilidades de se observar um mesmo fenômeno/ sujeito que:

São sujeitos construídos em e por relações sociais específicas, por tradições e histórias variadas que amidade carregam também normatividades diferentes. Mesmo conhecendo as regras do jogo institucional, esses sujeitos são capazes de distanciar-se delas, manejá-las de fora, compartilhá-las, readaptá-las, restituí-las ou simplesmente criar outras novas (Expeleta, 1989).

Mil práticas inventivas provam que esse sujeito abre seu próprio caminho no uso dos produtos impostos, uma ampla liberdade em que cada um procura viver do melhor modo possível.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOWICZ, A. & WAJSKOP, P. *Creches: atividades para crianças de 0-6 anos*. São Paulo: Moderna, 1995.

CARDOSO, E. et. al. *A creche saudável*. Rio de Janeiro: CECIP, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DE MARTINI, Zeila B.F. Histórias de Vida na Abordagem de Problemas Educacionais In: VON SIMSON, Olga R. M. (org). *Experimentos com História de vida*. Itália Brasil: Vértice, 1988.

EZPELETA, J. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

FAGUNDES, Magali dos Reis. *A creche no trabalho... O trabalho na Creche. Um estudo do Centro de Convivência Infantil da Unicamp: Trajetórias e Perspectivas*. Tese de Mestrado. Campinas: FE-Unicamp, 1997.

GUEDES-PINTO, Ana L. *Rememorando trajetórias da professora-alfabetizadora: a leitura como prática constitutiva de sua identidade e formação profissional*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

HADDAD, Lenira. *A creche em busca de identidade*. São Paulo: Loyola, 1991.

MACIOTI, Maria Imacolata. Vida Cotidiana. In: VON SIMSON, Olga R. M. (org.). *Experimentos com História de Vida*. Itália/Brasil: Vértice, 1988.

NEVES, Lucília. A Memória e História: Multiplicidade e Singularidade na Construção do Documento Oral. In: *História Oral, Corpo e Religião*. Cadernos CERU, n.12, 2001.

OLIVEIRA, Z. M. R. et. al. *Credes: crianças, faz de conta & cia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura P. *Varições sobre a técnica de gravador no registro de informação viva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

SILVA, A. P. S. et. al. As leis e a educação infantil. In: ROSSETTI-FERREIRA (org.). *Os fazeres na educação infantil*. São Paulo: Cortez, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Paul. História Oral e Contemporaneidade. In: *HISTÓRIA ORAL: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n.5, jun. 2002, São Paulo: ABHO.

VIDAL, Diana G. De Heródoto ao Gravador: Histórias da História Oral. In: *RESGATE: revista interdisciplinar de cultura do Centro de Memória-Unicamp*. Campinas: Unicamp, 1990, v. 1.

VON SIMSON, Olga R.M. *Folgueto Carnavalesco, Memória e Identidade Sócio-Cultural*. Cadernos CERU, 1990.